

## 5 Considerações finais

No mundo contemporâneo, com a abertura a novas formas de se relacionar e com a possibilidade do relacionamento ser construído com base na afeição mútua (Giddens, 1993), muda-se a concepção de casamento, que deve ser mantido enquanto ambos os membros do casal estiverem satisfeitos com a situação. O divórcio, quando foi instituído legalmente, era considerado como uma tragédia para o casal, mas, principalmente, para a criança, cujas perspectivas eram as piores possíveis.

A partir da pesquisa realizada no presente trabalho, torna-se relevante colocar em questão as perspectivas do déficit, do pluralismo e da contingência, levantadas por Amato (2004). Tendo em vista que, nos resultados encontrados, percebe-se que algumas crianças puderam se adaptar bem ao processo de separação de seus pais, não se pode afirmar que a ausência de um dos pais, por si só, é prejudicial ao desenvolvimento infantil. Em adição, não apareceu na fala dos entrevistados o preconceito em relação ao fato de os pais serem separados. A relação entre os pais e a forma como eles conseguiram se estabelecer após o divórcio foi de extrema relevância. Soma-se a isto a alta frequência de brigas entre os pais antes e logo após o divórcio, e que foi diminuindo ao longo do tempo, reafirmando a condição de crise quando o casal decide que não quer continuar junto. Assim, nesta pesquisa, foi possível utilizar como referência tanto a perspectiva do pluralismo familiar quanto a da contingência.

A vivência da criança a respeito da separação apresentou-se de forma bastante variada. A capacidade dos pais de transmitirem segurança para os filhos durante o processo de readaptação foi relevante para que eles pudessem perceber que o casamento dos pais acabou, mas o relacionamento de cada pai com o(s) filho(s) não mudaria. É possível que o divórcio seja compreendido de forma positiva pelos filhos, se assim os pais o tiverem compreendendo e se tiverem disponibilidade e flexibilidade para aceitar novas formas de se relacionar com o ex-parceiro.

É importante ressaltar que algumas crianças entrevistadas para o presente estudo presenciavam as discussões entre os pais, e as percebiam como guerras, nas quais um dos pais deveria ganhar. Considera-se que este tipo de percepção a respeito

destas discordâncias, pode levar a criança a pensar que deve tomar partido e se aliar a um dos pais. Apesar de discussões serem importantes para que se chegue a um consenso e para que se negociem novas regras, quando esta questão é presenciada pela criança e não é explicada para ela, permanece a noção de perde/ganha.

A partir da forma como os sujeitos consideraram que são estabelecidas as regras a respeito do que podem ou não fazer, percebe-se que os pais realizam um esforço conjunto na criação e na educação dos filhos, decidindo juntos o que os filhos podem ou não fazer. Este padrão cooperativo é importante para que a criança possa perceber a presença de ambos os pais em sua vida, mesmo após a separação. Por outro lado, o padrão desengajado, não cooperativo, pode levar a uma compreensão de que a separação levou a uma cisão da família, não sendo permitido o diálogo. Ainda assim, a criança que tem mais dificuldade de se adaptar à separação e tem mais tendência a desenvolver sintomas é aquela cujos pais estão em um nível alto de conflito – mesmo vários anos após a separação – e que colocam a criança no meio destas discussões, tendo que tomar decisões que não dizem respeito a ela, mas que são questões do casal conjugal.

Quanto ao que foi colocado pelos entrevistados em relação às diferenças entre crianças com pais casados e crianças com pais separados, pode-se dizer que elas existem, assim como entre as próprias famílias de pais casados. Estas diferenças, por si só, não são um indicativo de saúde emocional ou de falta desta nos sistemas familiares. Assim como a dificuldade na adaptação às transformações decorrentes da separação pode dificultar o relacionamento saudável em família, uma família de pais casados, vivendo permanentemente em conflitos e brigas, pode gerar, também, um ambiente familiar pouco saudável para crianças e adultos.

Com esta pesquisa, reafirma-se a idéia de que o divórcio deve ser considerado como um evento que demanda grandes adaptações em todos os membros. A orientação aos pais deve estar baseada na noção de que o término do casamento ocorreu em função de uma questão conjugal e, por isto, não deve influenciar nas funções parentais de cada um. É importante ressaltar, também, que a criança verá aspectos positivos e negativos no relacionamento familiar, mas esta visão independe da configuração familiar na qual está inserida.

Finalmente, este estudo reforça que a promoção, ou não, de saúde no sistema familiar saudável está relacionada à flexibilidade para negociação presente no sistema. Ainda assim, considera-se importante continuar investigando a percepção das

crianças de diferentes configurações familiares acerca do relacionamento em família. Com isto, será possível ter uma visão mais ampliada das diferenças entre cada organização familiar, para que se possa pensar em formas de intervenção no campo da psicologia.